

**PREFEITURA DO MUNICIPIO SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
**CONCORRÊNCIA N.º 03/2022 -SPJ**  
**ENVELOPE N.º 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**  
**DATA DE ABERTURA: 08/02/2023**

**PROPONENTE: CONSPETRA OBRAS LTDA**  
**EST.CAR./LAG. DO CEDRO, KM 2 S/ 02 ZONA RURAL**  
**ITAIPULÂNDIA – PR – CEP:85.880-000**  
**FONE: 45-9987-0418**  
**CNPJ: 17.888.244/0001-55**  
**E-mail: conspetra@hotmail.com**













268  
8

ROPOSTA DE PREÇOS		
ÍNDICE		
	PROPOSTA DE PREÇOS	.01/08
	PLANILHAS DE PREÇOS /CRONOGRAMAS	.04/08
	DECLARAÇÃO	.08/08



## PROPOSTA DE PREÇOS

**A**  
**Prefeitura do Município de São José das Palmeiras**  
**Comissão de Licitações**  
**Concorrência n.º 03/2022 - SPJ**

Prezados Senhores,

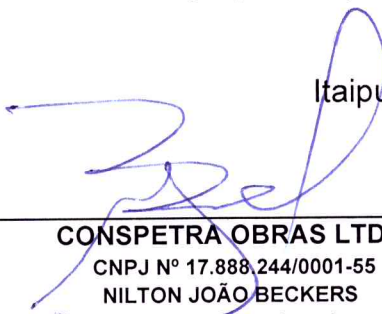
Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas nossa proposta de preços relativa à Objeto: Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em CBUQ, 8.623,65 m<sup>2</sup>, incluindo serviços preliminares, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual. Trecho: • Rua Parigot de Souza (entre Rua Itaipu e Rua 7 de Setembro) • Rua Pres Bernardes (entre Rua Parigot de Souza e Rua Senhor do Bonfim) • Rua Pres Bernardes (entre Rua Senhor do Bonfim e Rua Luiz Alves Cabral) • Rua Dom Pedro I (entre Rua Anita Garibaldi e Rua General Osório + 17,50m) • Rua Anita Garibaldi (entre Rua Dom Pedro I e Rua Ana Neri) • Rua Ana Neri (entre Rua Anita Garibaldi e Rua José Bonifácio) • Rua Ten. Max Wolff (entre Rua São José e Av José Bonifácio) • Rua Rui Barbosa (entre Av José Bonifácio e Rua Itaipu), Área Pavimentada: 8.623,65 m<sup>2</sup>, Colocação de placas de comunicação visual. Prazo de execução: 90 (noventa) dias; Local Vias Urbanas; Município de São José das Palmeiras – Pr. da licitação em epígrafe.

O preço global proposto para execução do objeto da licitação supramencionada é de **R\$ 996.438,65 (Novecentos e Noventa e Seis Mil, Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Sessenta e Cinco Centavos)**.



O prazo de execução do objeto é de 90 (Noventa) dias, contados a partir do 11º (décimo primeiro) dia da data de assinatura do Contrato de Empreitada.

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes nº 1 e nº 2) pela Comissão de Licitação.



Itaipulândia, Pr, 08 de fevereiro de 2023.



**CONSPETRA OBRAS LTDA**  
CNPJ Nº 17.888.244/0001-55  
**NILTON JOÃO BECKERS**  
Representante Legal  
RG: 3.796.556-1/SSP-PR



01/08





CONSPETRA OBRAS LTDA  
EST.CAR./LAG. DO CEDRO, KM 2 S/ 02 ZONA RURAL  
ITAIPULÂNDIA – PR – CEP:85.880-000  
FONE: 45-9987-0418  
CNPJ: 17.888.244/0001-55  
E-mail: conspetra@hotmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
CONCORRENCIA N. 003/2022 - SPJ

Objeto: Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em CBUQ, 8.623,65 m2, incluindo serviços preliminares, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual. Trecho: • Rua Parigot de Souza (entre Rua Itaipu e Rua 7 de Setembro) • Rua Pres Bernardes (entre Rua Parigot de Souza e Rua Senhor do Bonfim) • Rua Pres Bernardes (entre Rua Senhor do Bonfim e Rua Luiz Alves Cabral) • Rua Dom Pedro I (entre Rua Anita Garibaldi e Rua General Osório + 17,50m) • Rua Anita Garibaldi (entre Rua Dom Pedro I e Rua Ana Neri) • Rua Ana Neri (entre Rua Anita Garibaldi e Rua José Bonifácio) • Rua Ten. Max Wolff (entre Rua São José e Av José Bonifácio) • Rua Rui Barbosa (entre Av José Bonifácio e Rua Itaipu). Área Pavimentada: 8.623,65 m². Colocação de placas de comunicação visual. Prazo de execução: 90 (noventa) dias; Local Vias Urbanas; Município de São José das Palmeiras – Pr.

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO

Município:	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS				SAM		29
Projeto :	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA SOBRE PEDRAS IRREGULARES - EM CBUQ				LOTE nº		01
Local da Obra :	VIAS URBANAS DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS						
Código	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UD	QUANT	UNIT	(R\$) - PM	(R\$) - PM TOTAIS	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES					3.494,00	
1.1	Placa de Obra 4,00 x 2,00 M, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INCLUSIVE ARMAÇÃO EM MADEIRA E PONTALETES	un	1,00	3.494,00	3.494,00		
4	REVESTIMENTO					898.163,33	
4.1	Limpeza e Lavagem da pista ( Recape )	m2	8.623,65	0,61	5.260,43		
4.2	Pintura de ligação com RR-1C - exclusive emulsão	m2	17.247,30	0,41	7.071,39		
4.3	Fornecimento de emulsão RR-1C - pintura de ligação	ton	8,62	4.829,30	41.628,57		
4.4	CBUQ - CAPA Traço 1 (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	892,04	305,70	272.696,63		
4.5	Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	43,71	6.637,60	290.129,50		
4.6	CBUQ - CAPA Traço 1 (Quantidade menor que 10000 toneladas) reperfilamento	ton	446,01	305,70	136.345,26		
4.7	Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	21,85	6.637,60	145.031,56		
6	SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO					60.255,19	
6.1	Demolição de Concreto Simples (calçadas e outros)	M3	15,62	169,40	2.646,03		
6.2	Regularização e compactação p/ assentamento de calçadas/laje/bloços	m2	800,26	2,90	2.320,75		
6.3	Calçadas Concreto ( e=7,00 cm)	m2	800,26	43,89	35.123,41		

CONSPETRA OBRAS LTDA.  
CEP 85880-000 - Itaipulândia - PR  
CNPJ: 17.888.244/0001-55

02/08



Código	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UD	ORÇAMENTO APROVADO			(R\$) - PM TOTAIS
			QUANT	UNIT	(R\$) - PM	
6.4	Rampa para PNE com Piso Tátil (NBR 9050) - Modelo 02 - 5,94 m2	un	37,00	545,00	20.165,00	
7	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO					19.358,40
7.1	Faixa de Sinalização Horizontal c/tinta resina acrílica base solvente- (0,034 m2/m2)	m2	363,00	36,80	13.358,40	
7.3	Placa sinalização refletiva - retangular dupla (duas de 0,20x060) emL (0,2400m2/ud)+ suporte METÁLICO	un	10,00	600,00	6.000,00	
9	ENSAIOS TECNOLÓGICOS (Os custos com mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos para a extração de amostras para os ensaios tecnológicos, exceto da capa asfáltica, serão de responsabilidade da empresa executora da obra.)					15.167,73
9.1	Ensaio de Percentagem de Betume - Misturas Betuminosas	un	16,00	151,20	2.419,20	
9.2	Ensaio de Controle do Grau de Compactação da Mistura Asfáltica	un	16,00	88,50	1.416,00	
9.3	Ensaio de Densidade do Material Betuminoso	un	16,00	72,00	1.152,00	
9.4	Ensaio de Tração por Compressão Diametral - Misturas Betuminosas	un	16,00	194,70	3.115,20	
9.5	Extração de corpo de prova de concreto asfáltico com sonda rotativa	un	16,00	117,90	1.886,40	
9.6	Mobilização e Desmobilização de Equipamento e Equipe para Extração de Corpos de Prova da Capa Asfáltica	gl	1,00	5.178,93	5.178,93	
	PREÇO GLOBAL				996.438,65	996.438,65
	TOTAL DO PAVIMENTO (1-4)				901.657,33	901.657,33
	TOTAL DE URBANIZANISMO E SINALIZAÇÃO ( 6-7)				79.613,59	79.613,59
	SERVIÇOS DE ENSAIOS TECNOLÓGICOS				15.167,73	15.167,73

Itaipulândia, 08 de fevereiro 2023.

NILTON JOÃO BECKERS  
ENG. CIVIL  
CREA: PR/86.781-D  
RG: 3.796.556-1 / SSP/PR

CONSPETRA OBRAS LTDA  
CNPJ:17.888.244/0001-55  
NILTON JOÃO BECKERS  
RG: 3.796.556-1/SSP-PR  
CPF: 849.754.909-00

03/08

1271

CONSPETRA OBRAS LTDA  
EST.CAR./LAG. DO CEDRO, KM 2 S/ 02 ZONA RURAL  
ITAIPULÂNDIA – PR – CEP:85.880-000  
FONE: 45-9987-0418  
CNPJ: 17.888.244/0001-55  
E-mail: conspetra@hotmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
CONCORRENCIA N. 003/2022

Objeto: Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em CBUQ, 8.623,65 m2, incluindo serviços preliminares, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual. Trecho: • Rua Parigot de Souza (entre Rua Itaipú e Rua 7 de Setembro) • Rua Pres Bernardes (entre Rua Parigot de Souza e Rua Senhor do Bonfim) • Rua Pres Bernardes (entre Rua Senhor do Bonfim e Rua Luiz Alves Cabral) • Rua Dom Pedro I (entre Rua Anita Garibaldi e Rua General Osório + 17,50m) • Rua Anita Garibaldi (entre Rua Dom Pedro I e Rua Ana Neri) • Rua Ana Neri (entre Rua Anita Garibaldi e Rua José Bonifácio) • Rua Ten. Max Wolff (entre Rua São José e Av José Bonifácio) • Rua Rui Barbosa (entre Av José Bonifácio e Rua Itaipu), Área Pavimentada: 8.623,65 m², Colocação de placas de comunicação visual. Prazo de execução: 90 (noventa) dias; Local Vias Urbanas; Município de São José das Palmeiras – Pr.

SFM SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDU

MUNICIPIO: SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
Projeto : VIAS URBANAS DE SÃO JOSE DAS PALMEIRAS

GRUPO ITEM	SERVIÇOS	PARCELAS (%)						TOTAL ITEM (R\$)	% S/ TOTAL
		1	2	3	4	5	6		
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100	0	0				3.494,00	0,35
4	REVESTIMENTO	20	50	30				898.163,33	90,14
6	PAISAGISMO / URBANISMO	30	30	40				60.255,19	6,05
7	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	0	0	100				19.358,40	1,94
9	ENSAIOS TECNOLÓGICOS	0	0	100				15.167,73	1,52
TOTAIS								996.438,65	100,00

COMPOSIÇÃO DO FINANCIAMENTO

ITEM		PARCELAS						TOTAL ITEM	% S/ ITEM
		1	2	3	4	5	6		
FATURAMENTO MENSAL PREVISTO	R\$	201.203,22	467.158,22	328.077,21	0,00	0,00	0,00	996.438,65	100,00
MENSAL PREVISTO EM %	R\$	20,19	46,88	32,92	-	-	-	100,00	100,00

Itaipulândia, 08 de fevereiro 2023.

CONSPETRA OBRAS LTDA  
CNPJ: 17.888.244/0001-55  
NILTON JOÃO BECKERS  
RG: 3.796.556-1/SSP-PR  
CPF: 849.754.909-00

NILTON JOÃO BECKERS  
ENG. CIVIL  
CREA: PR/86.781-D  
RG: 3.796.556-1/SSP/PR

04/08

272



**A**  
**Prefeitura do Município de São José das Palmeiras**  
**Comissão de Licitações**  
**Concorrência n.º 03/2022 - SPJ**

**DECLARAÇÃO CONHECIMENTO DE PRÁTICAS PROIBIDAS**  
**ANEXO 02 DO CONTRATO**

**CONSPETRA OBRAS LTDA, CNPJ/MF Nº 17.888.244/0001-55**, Estrada Caramuru / Lageado do Cedro Km 02, Sala 02, Bairro: Zona Rural, CEP:85.880-000, Cidade: ITAIPULÂNDIA, estado: PARANÁ /Inscrição Estadual: 90805802-04/ Inscrição Municipal/ISS(alvará):22850/ Telefone:45-9987-0418./ E-mail: conspetra@hotmail.com. declara que tem conhecimento e aceita a aplicação da **POLÍTICA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS**, abaixo descritas:

Práticas Proibidas:

1.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades e pessoas físicas oferecendo propostas ou participando em um projeto financiado pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes) observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco 3 todos os atos suspeitos de fraude ou corrupção sobre os quais tenham conhecimento ou venham a tomar conhecimento durante o processo de seleção, negociação ou execução de um contrato. Fraude e corrupção estão proibidas. Fraude e corrupção incluem os seguintes atos: (a) prática corrupta; (b) prática fraudulenta; (c) prática coercitiva e (d) prática colusiva. As definições a seguir relacionadas correspondem aos tipos mais comuns de fraude e corrupção, mas não são exaustivas. Por esta razão, o Banco também deverá tomar medidas caso ocorram ações ou alegações similares envolvendo supostos atos de fraude ou corrupção, ainda que não estejam relacionados na lista a seguir. O Banco aplicará em todos os casos os procedimentos referidos no parágrafo (c) abaixo.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

(i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;

(ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;

(iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outroparte;

(v) uma prática obstrutiva consiste em:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma



274

investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação, (bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá: (i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;

(iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação 4 como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, 4. Um subconsultor, subcontratado, fornecedor ou executor de serviços designado (utilizam-se diferentes nomes dependendo do documento de licitação) é aquele que cumpre uma das seguintes condições: (i) foi incluído pelo concorrente na sua proposta ou solicitação de pré -qualificação devido ao mesmo possuir experiência e conhecimentos específicos e essenciais que permitam no cumprir com os requisitos de qualificação da referida licitação; ou (ii) foi designado pelo Mutuário. na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução;

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público;

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências



Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo “sanção” refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam

disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária;

e  
(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 5 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

1.2. Os Concorrentes ao apresentarem uma proposta e assinarem um contrato declaram e garantem que:

(i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;

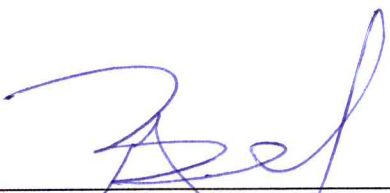
(ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;



276  
8

- (iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;
- (iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
- (v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas; (vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e
- (vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).

Itaipulândia, Pr, 08 de fevereiro de 2023.



---

**CONSPETRA OBRAS LTDA**


CNPJ Nº 17.888.244/0001-55

**NILTON JOÃO BECKERS**

Representante Legal

RG: 3.796.556-1/SSP-PR

CPF: 849.754.909-00



08/08







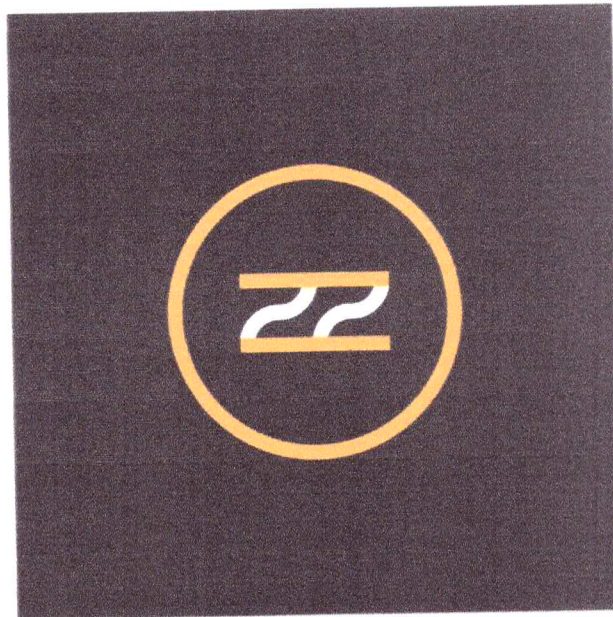
CONSPETRA OBRAS LTDA  
Estrada Caramuru, SN, Sala 02, KM 2  
Lageado do Cedro, Itaipulândia, Paraná  
CEP 85880-000, CNPJ 17.888.244/0001-55

277  
8

**PREFEITURA DO MUNICIPIO SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
**CONCORRÊNCIA N.º 03/2022 -SPJ**  
**ENVELOPE N.º. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**  
**DATA DE ABERTURA: 08/02/2023**

**PROPONENTE: CONSPETRA OBRAS LTDA**  
**EST.CAR./LAG. DO CEDRO, KM 2 S/ 02 ZONA RURAL**  
**ITAIPULÂNDIA – PR – CEP:85.880-000**  
**FONE: 45-9987-0418**  
**CNPJ: 17.888.244/0001-55**  
**E-mail: conspetra@hotmail.com**

278



PROPOSTA DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA Nº 03/2022

Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – PR

POZZEBON ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 27.629.533/0001-93

DATA: 08/02/2023



Rivas Alex Pozzebon

Engenheiro Civil  
DATA 09/02/2010

WhatsApp: 0000000000000000

AV. ALVARO DE SOUZA, 2010 - 01  
Cidade de São José das Palmeiras - PR

Telefone: (41) 9999-9999

  
**Pozzebon**  
ENGENHARIA



## PROPOSTA DE PREÇOS

São José das Palmeiras, 08 de fevereiro de 2023

À Comissão de Licitação  
Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PR  
Ref.: Edital de **CONCORRÊNCIA Nº 03/2022**

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas. nossa proposta de preços a preços fixos e sem reajuste, relativa a execução do objeto da licitação em epígrafe.

O preço global proposto para execução da obra objeto da licitação supramencionada é de R\$ 1.011.332,12 (um milhão, onze mil, trezentos e trinta e dois reais e doze centavos).

O prazo de execução do objeto é de 90 (noventa) dias contados a partir da data de assinatura do Contrato de Empreitada.

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes nº 1 e nº 2) pela Comissão de Licitação.

Atenciosamente,

Alex Alex Pozzebon  
Engenheiro Civil  
CREA-PR 90291/D

**POZZEBON ENGENHARIA LTDA**

POZZEBON ENGENHARIA LTDA

Av. Paraná, 100 - Jd. Santa Helena - São José das Palmeiras - PR - 85000-000

Tel.: +55 45 39943-3535

CNPJ: 27.829.558/0001-48 | Inscrição Estadual: 90186926-72





Pozzebon  
ENGENHARIA LTDA

280

## PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO									
Município:	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS						SAM	29	
Projeto :	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS IRREGULARES - EM CBUQ						LOTE nº	01	
Local da Obra :	Vias Urbanas de São José das Palmeiras								
Código	Origem	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UD	ORÇAMENTO APROVADO			TOTAIS( R\$ )		
				QUANT	PREÇO UNI-TÁRIO (R\$)	PREÇO DO ITEM (R\$)			
1		SERVIÇOS PRELIMINARES					3.882,40		
74209/1	Orçacivil	PLACA DE OBRA 4,00 X 2,00 M, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, INCLUSIVE ARMAÇÃO EM MADEIRA E PONTALETES	un	1,00	3.882,40		3.882,40		
4		REVESTIMENTO					907.180,34		
PAV-085	PM curitiba	Limpeza e Lavagem da pista ( Recape )	m2	8.623,65	0,61	5.260,43			
561100A	DER	Pintura de ligação com RR-1C - exclusive emulsão	m2	17.247,30	0,41	7.071,39			
589420B	DER mat	Fornecimento de emulsão RR-1C - pintura de ligação	ton	8,62	5.083,54	43.820,11			
570400	CBUQ	(Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	892,04	361,64	322.597,35			
589000J	DER mat	Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	43,71	5.600,00	244.776,00			
570400	CBUQ	(Quantidade menor que 10000 toneladas) reperfilamento	ton	446,01	361,64	161.295,06			
589000J	DER mat	Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	21,85	5.600,00	122.360,00		61.003,20	
6		SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO							
606600B	DER	Demolição de Concreto Armado (calçadas e outros)	m3	15,62	174,67	2.728,35			
100576B	SINAPI	Regularização e Compactação p/ assentamento de calçadas/lajotas/blocos	m2	800,26	2,95	2.360,77			
60500E	DER	Calçada Concreto ( e = 7,00 cm )	m2	800,26	43,89	35.123,41			
605000G	DER	Rampa para PNE com Piso Tátil (NBR 9050) - Modelo 02 - 5,94 m2	un	37,00	561,91	20.790,67		22.024,14	
7		SINALIZAÇÃO DE TRANSITO							
822000	DER	Faixa de Sinalização Horizontal c/ tinta resina acrílica base solvente- (0,034 m2/m2)	m2	363,00	41,88	15.202,44			
822000J	DER	Placa sinalização refletiva-retangular dupla (duas de-0,20x060) em L (0,2400 m2/ud) + suporte METÁLICO	m2	10,00	682,17	6.821,70			
11		(Os custos com mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos para a extração de amostras para os ensaios tecnológicos, exceto da capa asfáltica, serão de responsabilidade da empresa executora da obra.)					17.242,04		
7.4	DAER/RS	Ensaio de Percentagem de Betume - Misturas Betuminosas	un	16,00	171,90	2.750,40			
74022/53	SEIL/2016	Ensaio de Controle do Grau de Compactação da Mistura Asfáltica	un	16,00	100,56	1.608,96			
74022/56	SEIL/2016	Ensaio de Densidade do Material Betuminoso	un	16,00	81,95	1.311,20			
74022/55	SEIL/2016	Ensaio de traço por compressão diametral - misturas betuminosas	un	16,00	221,33	3.541,28			
7.1	DAER/RS	Extração de corpo de prova de concreto asfáltico com sonda rotativa	un	16,00	134,03	2.144,48			
3.20	DAER/RS	Mobilização e desmobilização de equipamento e equipe para extração de corpos de prova da capa asfáltica.	gb	1,00	5.885,72	5.885,72		1.011.332,12	
PREÇO GLOBAL								1.011.332,12	1.011.332,12

Alex Pozzebon  
Engenheiro Civil  
CREA-PR 90251/10





Pozzebon  
Engenharia Ltda

281

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDU										PAVIMENTAÇÃO	
Município: SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS		SAM		29		01		Edital no Município			
Projeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS		LOTE nº		08/02/2023		Data					
Quantidade:		CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO		PARCELAS (%)		Valor Total				27,90%	
GRUPO	SERVIÇOS	N	1	2	3					TOTAL	
ITEM		3								ITEM (R\$)	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES		100							3.882,40	
4	REVESTIMENTO		50	50						907.180,14	
6	PAISAGISMO / URBANISMO		40	30	30					61.003,20	
7	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO				100					22.024,14	
11	ENSAIOS TECNOLÓGICOS		50	50						17.242,04	
TOTAIS										1.011.332,12	
COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS (TESOURO E CONTRAPARTIDA)											
				PARCELAS		Nº DE MESES		TOTAL ITEM		% S/ ITEM	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$	1.083,17			1		1.083,17		0,35%	
4	REVESTIMENTO	R\$	120.549,88	126.548,88		2		253.089,75		89,70%	
6	PAISAGISMO / URBANISMO	R\$	6.807,86	5.105,90	5.105,90	3		17.019,65		6,03%	
7	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	R\$			6.144,55	1		6.144,55		2,18%	
11	ENSAIOS TECNOLÓGICOS	R\$	2.405,23	2.405,23		2		4.810,46		1,70%	
TOTAIS		R\$	136.846,14	134.061,00	11.250,54			282.157,69		100,00%	
FATURAMENTO MENSAL PREVISTO		R\$	136.846,14	134.061,00	11.250,54			282.157,69		100,00%	
MENSAL PARCIAL PREVISTO EM %		R\$	48,50%	47,51%	3,99%			OK		OK	
MENSAL ACUMULADO PREVISTO EM %		R\$	48,50%	98,01%	100,00%			OK		OK	
Resp. Técnico: Alex Pozzebon		Assinatura:				data:		08/02/2023			
Engenheiro Civil											
CREA-PR 90291/D											

POZZEBON ENGENHARIA LTDA

Av. Brasil, 1.111 - Jd. América - Curitiba - PR - CEP: 81250-000

Tel: +55 41 33994333 - 3234

CNPJ: 27.129.533/0001-93 - Inscrição Estadual: 96781021-73

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



## DECLARAÇÃO CONHECIMENTO DE PRÁTICAS PROIBIDAS

À Comissão de Licitação  
Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PR  
Ref.: Edital de CONCORRÊNCIA Nº 03/2022

POZZEBON ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 27.629.533/0001-93, por seu representante legal Sr. ELVES ALEX POZZEBON, declara que tem conhecimento e aceita a aplicação da POLÍTICA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS, abaixo descritas:

### Práticas Proibidas

1.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades e pessoas físicas oferecendo propostas ou participando em um projeto financiado pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes) observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco 3 todos os atos suspeitos de fraude ou corrupção sobre os quais tenham conhecimento ou venham a tomar conhecimento durante o processo de seleção, negociação ou execução de um contrato. Fraude e corrupção estão proibidas. Fraude e corrupção incluem os seguintes atos: (a) prática corrupta; (b) prática fraudulenta; (c) prática coercitiva e (d) prática colusiva. As definições a seguir relacionadas correspondem aos tipos mais comuns de fraude e corrupção, mas não são exaustivas. Por esta razão, o Banco também deverá tomar medidas caso ocorram ações ou alegações similares envolvendo supostos atos de fraude ou corrupção, ainda que não estejam relacionados na lista a seguir. O Banco aplicará em todos os casos os procedimentos referidos no parágrafo (c) abaixo.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

- (i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;
- (ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;
- (iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- (iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outra parte;
- (v) uma prática obstrutiva consiste em:
  - (aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação,

3. No site do Banco ([www.iadb.org/integrity](http://www.iadb.org/integrity)) pode-se encontrar informações sobre como denunciar supostas Práticas Proibidas, as normas aplicáveis ao processo de investigação e sanção e o acordo que rege o reconhecimento recíproco de sanções entre instituições financeiras internacionais.





(bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

(i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;

(iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação 4 como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução;

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público;

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus

4. Um subconsultor, subcontratado, fornecedor ou executor de serviços designado (utilizam-se diferentes nomes dependendo do documento de licitação) é aquele que cumpre uma das seguintes condições: (i) foi incluído pelo concorrente na sua proposta ou solicitação de pré-qualificação devido ao mesmo possuir experiência e conhecimentos específicos e essenciais que permitam no cumprir com os requisitos de qualificação da referida licitação; ou (ii) foi designado pelo Mutuário.





respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo "sanção" refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária; e

(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 5 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

1.2. Os Concorrentes ao apresentarem uma proposta e assinarem um contrato declaram e garantem que:

(i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;





Pozzebon  
Engenharia

285

- (ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;
- (iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;
- (iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
- (v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;
- (vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e
- (vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).

São José das Palmeiras - PR, 08 de fevereiro de 2023.

Elves Alex Pozzebon  
Engenheiro Civil  
CREA-PR 90201/D

**POZZEBON ENGENHARIA LTDA**

POZZEBON ENGENHARIA LTDA

Av. Brasil, 1.234 - Fone: (41) 3333-4444 - E-mail: contato@pozzebon.com.br

Tel.: +55 45 3333-4444

CNPJ: 22.829.538/0001-93 - Inscrição Estadual: 98765432-10

236  
8

POZZEBON ENGENHARIA LTDA

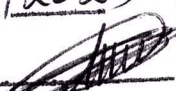
CNPJ: 27.629.533/0001-93

ENVELOPE Nº 2

PROPOSTA DE PREÇO

CONCORRÊNCIA Nº 03/2022

Município de SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PR

Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras - Estado do Paraná	
Protocolo Nº	773/2023
Data	07/02/2023
15:03h.	
Funcionário	



**V. Albiero & Cia Ltda - EPP**

**CNPJ: 79.189.718/0001-28**

**Rua Carlos Gomes, 3626, Centro.**

**CEP. 85.801-090 - Cascavel – Paraná**

**Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras**

**Edital de Concorrência 003/2022**


**Envelope N° 02 –Proposta de Preços**

**Data: 08/02/2023**

## ÍNDICE

Índice .....	02
Proposta de Preços .....	03
Planilhas de Orçamentos .....	04
Cronograma Físico-Financeiro .....	05
Declaração de Práticas Proibidas .....	06

V. ALBIERO





## PROPOSTA DE PREÇOS

Ref.: Edital de **CONCORRÊNCIA 003/2022** – **MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

**Objeto: Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em CBUQ, 8.623,65 m2, incluindo serviços preliminares, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.**


A empresa **V. ALBIERO & CIA LTDA.**, CNPJ nº 79.189.718/0001-28, Telefone (45) 3225-3144, e-mail [albiero@albiero.com.br](mailto:albiero@albiero.com.br), sediada na **Rua: Carlos Gomes, 3626, CEP 85.801-090, Centro, Cascavel-PR.**, apresenta e submete-se à sua apreciação, nossa Proposta de Preços, referente a:

O preço global proposto para execução dos serviços acima mencionada é de **R\$941.685,01 (Novecentos e quarenta e um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e um centavos).**

O prazo de execução do objeto é de **90 (Noventa ) dias** contados a partir da emissão da Ordem de Serviços.

O prazo de validade da proposta de preços é de **60 (sessenta) dias** a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes nº 1 e nº 2) pela Comissão de Licitação.

Cascavel/Pr, 08 de Fevereiro de 2023



**Luiz Fernando B. Pielak**  
Sócio Gerente  
RG 2.092.812-3  
CPF: 404.942.849-00

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO									
Município:	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS		SAM		29				
Projeto :	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS IRREGULARES EM CBUQ		LOTE nº		1				
Local da Obra : VIAS URBANAS DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS									
Código		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UD	ORÇAMENTO APROVADO					
1		SERVIÇOS PRELIMINARES							3.500,00
74209/1		PLACA OBRA 4X2 M. EM CHAPA DE AÇO GALV., INCLUSIVE ARMAÇÃO EM MADEIRA E PONTALETES	un	1,00	3.500,00			3.500,00	
4		REVESTIMENTO							843.497,68
PAV-085		Limpeza e Lavagem da pista ( Recape )	m2	8.623,65	0,61			5.260,43	
561100A		Pintura de ligação com RR-1C - exclusive emulsão	m2	17.247,30	0,36			6.209,03	
589420B		Fornecimento de emulsão RR-1C - pintura de ligação	ton	8,62	3.225,00			27.799,50	
570400		CBUQ - CAPA Trraço 1 (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	892,04	360,30			321.402,01	
589000J		Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	43,71	4.905,00			214.397,55	
570400		CBUQ - CAPA Trraço 1 (Quantidade menor que 10000 toneladas) reperfilamento	ton	446,01	361,55			161.254,92	
589000J		Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	21,85	4.905,00			107.174,25	
6		SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO							61.003,19
606700B		Demolição de Concreto Simples (calçadas e outros)	m3	15,62	174,67			2.728,35	
100576B		Regularização e Compactação p/ assentamento de calçadas/lajotas/blocos	m2	800,26	2,95			2.360,77	
605000E		Calçada Concreto ( e = 7,00 cm )	m2	800,26	43,89			35.123,41	
605000G		Rampa para PNE com Piso Tátil (NBR 9050) - Modelo 02 - 5,94 m2	un	37,00	561,91			20.790,67	
7		SINALIZAÇÃO DE TRANSITO							22.024,14
822000		Faixa de Sinalização Horizontal c/tinta resina acrílica base solvente- (0,034 m2/m2)	m2	363,00	41,88			15.202,44	
820000J		Placa sinalização refletiva-retangular dupla (duas de-0,20x060) em L (0,2400 m2/ud) + suporte METALICO	un	10,00	682,17			6.821,70	
		ENSAIOS TECNOLÓGICOS (Os custos com mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos para a extração de amostras para os ensaios tecnológicos, exceto da capa asfáltica, serão de responsabilidade da empresa executora da obra.)							11.660,00
11									
7.4		Ensaio de Percentagem de Betume - Misturas Betuminosas	un	16,00	155,00			2.480,00	
74022/53		Ensaio de Controle do Grau de Compactação da Mistura Asfáltica	un	16,00	100,00			1.600,00	
74022/56		Ensaio de Densidade do Material Betuminoso	un	16,00	80,00			1.280,00	
74022/55		Ensaio de traçao por compressao diametral - misturas betuminosas	un	16,00	180,00			2.880,00	
7.1		Extração de corpo de prova de concreto asfáltico com sonda rotativa	un	16,00	120,00			1.920,00	
3.20		Mobilização e desmobilização de equipamento e equipe para extração de corpos de prova da capa asfáltica.	gb	1,00	1.500,00			1.500,00	
PREÇO GLOBAL									941.685,01

*Silverson*  
**Silverson Sérgio Martins**  
V. Albiro & Cia Ltda.  
CREA/PR 25.565/D

*Luiz Fernando B. Pielak*  
**V. ALBIRO & CIA. LTDA**  
LUIZ FERNANDO B. PIELAK  
Sócio Gerente





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS										
EDITAL DE CONCORRÊNCIA 003/2022										
EMPRESA: V. ALBIRO & CIA LTDA CNPJ: 79.189.718/0001-28										
ENDEREÇO: RUA CARLOS GOMES, 3626-CASCABEL-PR DATA: 08 DE FEVEREIRO										
ÍTEM	GRUPO DE SERVIÇO	VALOR ÍTEM	A REALIZAR 90 (DIAS)						Acumulado	
			30 Dias		60 Dias		90 Dias		%	R\$
			%	R\$	%	R\$	%	R\$		
1	Serviços Preliminares	3.500,00	100%	3.500,00					100%	3.500,00
4	Revestimento	843.497,68	20%	168.699,54	50%	421.748,84	30%	253.049,30		843.497,68
6	Serviços de Urbanização	61.003,19	20%	12.200,64	50%	30.501,60	30%	18.300,96		61.003,19
7	Sinalização de Trânsito	22.024,14					100%	22.024,14	100%	22.024,14
11	Ensaios Tecnológicos	11.660,00					100%	11.660,00	100%	11.660,00
Total acumulado		941.685,01	20%	184.400,17	68%	636.650,61	100%	941.685,01	187%	941.685,01

**Wilson Sérgio Martins**  
V. Albiro & Cia Ltda.  
CREA/PR 25.565/D

**V. ALBIRO & CIA. LTDA**  
LUIZ FERNANDO B. PIELAK  
Sócio Gerente

**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO CONHECIMENTO DE PRÁTICAS PROIBIDAS**

292

DECLARAÇÃO

a (empresa), V.Albiero & Cia Ltda (qualificação), por seu representante legal Sr.(a) Luiz Fernando B. Pielak, declara que tem conhecimento e aceita a aplicação da POLÍTICA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS, abaixo descritas:

**Práticas Proibidas**

1.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades e pessoas físicas oferecendo propostas ou participando em um projeto financiado pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes) observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco todos os atos suspeitos de fraude ou corrupção sobre os quais tenham conhecimento ou venham a tomar conhecimento durante o processo de seleção, negociação ou execução de um contrato. Fraude e corrupção estão proibidas. Fraude e corrupção incluem os seguintes atos: (a) prática corrupta; (b) prática fraudulenta; (c) prática coercitiva e (d) prática colusiva. As definições a seguir relacionadas correspondem aos tipos mais comuns de fraude e corrupção, mas não são exaustivas. Por esta razão, o Banco também deverá tomar medidas caso ocorram ações ou alegações similares envolvendo supostos atos de fraude ou corrupção, ainda que não estejam relacionados na lista a seguir. O Banco aplicará em todos os casos os procedimentos referidos no parágrafo (c) abaixo.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

- (i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;
- (ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;
- (iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- (iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar imprópriamente as ações de outra parte;
- (v) uma prática obstrutiva consiste em:
  - (aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para

3. No site do Banco ([www.iadb.org/integrity](http://www.iadb.org/integrity)) pode-se encontrar informações sobre como denunciar supostas Práticas Proibidas, as normas aplicáveis ao processo de investigação e sanção e o acordo que rege o reconhecimento recíproco de sanções entre instituições financeiras internacionais.





293  
impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação,

(bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

(i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;

(iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação 4 como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução;

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público;

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros,

4. Um subconsultor, subcontratado, fornecedor ou executor de serviços designado (utilizam-se diferentes nomes dependendo do documento de licitação) é aquele que cumpre uma das seguintes condições: (i) foi incluído pelo concorrente na sua proposta ou solicitação de pré-qualificação devido ao mesmo possuir experiência e conhecimentos específicos e essenciais que permitam no cumprir com os requisitos de qualificação da referida licitação; ou (ii) foi designado pelo Mutuário.



294

subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo “sanção” refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária; e

(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 5 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

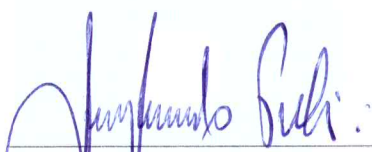
1.2. Os Concorrentes ao apresentarem uma proposta e assinarem um contrato declaram e garantem que:



295  
8

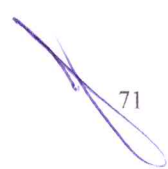
- (i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;
- (ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;
- (iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;
- (iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
- (v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;
- (vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e
- (vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).

CASCAVEL/PR, 08 de Fevereiro de 2023



Luiz Fernando B. Pielak  
Sócio Gerente  
RG 2.092.812-3  
CPF: 404.942.849-00

Assinatura Representante Legal da Empresa





V. ALBIERO


PROponente: V. ALBIERO & CIA LTDA  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº003/2022  
ENVELOPE Nº 2 PROPOSTA DE PREÇOS  
MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 79.189.718/0001-28

DATA: 08 DE FEVEREIRO DE 2023

Prefeitura Municipal de São José  
das Palmeiras - Estado do Paraná

Protocolo Nº 774/2023  
Data 08.02.2023

  
Funcionário 08.35.15

296  
8